

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: ADMINISTRADOR

Questão 01

O candidato deverá apresentar as considerações a seguir:

1. Os principais aspectos das dimensões sociopolítica e econômico-financeira do orçamento público.

1.a) Dimensão sociopolítica: considera a alocação de recursos um fenômeno político, exigindo que seja responsiva aos interesses da sociedade, promovendo representação e participação, reconhecendo, assim, que o orçamento público transcende o exercício técnico, assumindo uma natureza intrinsecamente política, onde a governança e a *accountability* emergem como pilares fundamentais.

1.b) Dimensão econômico-financeira: destaca a importância da análise técnica para a sustentabilidade financeira do orçamento, incluindo a alocação eficiente de recursos, o planejamento financeiro e a gestão fiscal, concentrando-se nas normativas, regulamentações e na gestão eficaz dos recursos públicos dentro do sistema de alocação, assegurando que os gastos se alinhem às receitas disponíveis.

2. O papel da governança e accountability no processo orçamentário.

2.a) Importância da governança e accountability: a eficácia na alocação de recursos, visando promover o bem-estar social, requer a integração de governança e *accountability* como pilares fundamentais, pois são elementos cruciais no planejamento e na distribuição de recursos, possibilitando uma gestão pública alinhada às expectativas da sociedade.

2.b) Finalidade da adoção dos mecanismos de governança e accountability: mitigar disparidades em expectativas, informações e acesso a serviços públicos, aproximando a administração das demandas sociais e fortalecendo a legitimidade e a confiança no governo e no sistema político.

3. Mecanismos de accountability como maior entrave à solução das vicissitudes do sistema político e administrativo brasileiro.

3.a) Governança insuficiente e falta de mecanismos consistentes de accountability: resulta na ineficiência da gestão pública, na alocação de recursos, na falta de transparência, no nepotismo e na troca de votos, falta de mecanismos eficazes e consistência na aplicação dos existentes de *accountability*, dificultam a solução dos problemas enfrentados pelo sistema político brasileiro e prejudica a confiança da sociedade.

3.b) Instabilidade política e administrativa e concentração de poder: ocorre a priorização de interesses de curto prazo e práticas de barganha política, que minam o potencial de governança e *accountability* efetivas e comprometem a capacidade de desenvolver modelos ajustados ao contexto local, que considerem interesses de longo prazo e reduzam desigualdades no acesso a bens e serviços públicos.

3.c) Enfraquecimento das instituições, baixa organização social na política e corrupção: contribuem para a fragilidade dos mecanismos de *accountability* existentes no Brasil, tendo como uma preocupação relevante o descrédito da sociedade brasileira no sistema político.

Fontes:

- BIJOS, P. R. S. **Governança orçamentária**: uma relevante agenda em ascensão. Brasília: Senado Federal, 2014.
- COUTO, L. F.; Cardoso Junior, J.C. Governança orçamentária: transformações e lacunas nas práticas de planejamento e orçamento no Brasil. **Boletim de análise político-institucional**, nº 19, 2018.
- Fernandes, A. S. A.; Souza, T. S. **Ciclo orçamentário brasileiro**. Brasília: Enap, 2019.
- GIACOMONI, J. **Orçamento público**. São Paulo: Atlas, 2012.
- GIAMBIABI, F.; ALÉM, A.C. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- MENEZES, E. C. O.; RAUPP, F. M.; SHOMMER, P. C.; DE BONA, R.; ROCH, A. C. Limites do orçamento público brasileiro nas dimensões econômico-financeira e sociopolítica. **Revista do Serviço Público**, v. 4, nº 73, out/dez 2022, p. 646-672.
- NÓBREGA, M. Construção e desmonte das instituições fiscais. In: Salto, F.; Almeida, M. **Finanças públicas**: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- PIRES, V. **Orçamento público**: abordagem tecnopolítica. Araraquara, 2011.
- REZENDE, F.; CUNHA, A.; BEVILACQUA, R. Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional. **Revista de Administração Pública**, v. 44, nº 4, p. 959-992, 2010.

QUESTÃO 02

O candidato deverá apresentar as considerações a seguir:

1. Gestão por Competências e seus objetivos:

1.a) Gestão por Competências engloba dois elementos: as organizações e as pessoas, e visa aproximar os objetivos organizacionais e pessoais (profissionais). A gestão por competências deve detectar quais são as competências importantes e necessárias para a realização de tarefas de um determinado cargo, e a partir daí observar, desenvolver e prover pessoas aptas a assumir o mesmo; pode ser visualizada como um sistema de gestão que direciona o recrutamento, seleção, treinamento, dentre outros, para capacitação e desenvolvimento de competências necessárias para atingir os objetivos de uma empresa.

1.b) Objetivos da Gestão por Competências: entender, organizar e disseminar os conhecimentos ligados ao negócio e às estratégias da empresa, buscando construir uma organização de alta *performance*; monitorar a efetividade da disseminação do conhecimento para que a organização alcance o ponto ótimo da relação: formação de profissionais *versus* valor agregado e objetivo alcançado; formar uma base de dados confiável de cada empregado, tornando-a disponível para a organização; servir como fonte de informação para as necessidades de treinamento e desenvolvimento, plano de sucessão, seleção interna e externa e remuneração.

2. Competência e seus componentes

2.a) Competência: é o resultado do cruzamento da formação da pessoa, sua formação educacional e sua experiência profissional, mobilizados em situação de trabalho, constituída pelo conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) necessários ao desempenho das funções dos que as pessoas exercem, visando o alcance dos objetivos da instituição, por meio de uma forma de agir responsável que abrange a capacidade de o indivíduo identificar novas situações de trabalho e assumir iniciativas de forma a agregar valor econômico à organização e valor social ao indivíduo.

2.b) Conhecimento: é o domínio teórico que a pessoa tem sobre determinado tema ou assunto; é a dimensão do “saber o que fazer” e “saber porque fazer”; Habilidade: é utilizar os conhecimentos em uma ação; é a dimensão do “saber como fazer”; Atitude: é refere-se a escolha do curso de ação pessoal, envolvendo aspectos sociais e afetivos relacionados ao trabalho; é a dimensão do “saber agir” e do “querer fazer”.

3. Competências organizacionais, individuais e entrega

3.1) Competências organizacionais: se referem a atributos ou capacidades da organização em sua totalidade ou de suas unidades produtivas, sendo produto de uma equipe e não dos indivíduos.

3.b) Competências Individuais: se manifestam no indivíduo, independentemente da equipe, uma vez estão centradas no indivíduo e podem se manifestar no coletivo e estão ligadas à forma de interagir da pessoa.

3.c) Entrega: se refere ao resultado e o valor social que deve ser gerado pelo indivíduo e o valor econômico que deve ser gerado pela organização, sendo tais valores agregados ao indivíduo e à organização, o que ocorre quando está havendo a entrega da competência; o indivíduo é considerado competente, quando está em ação e no contexto de trabalho.

Fontes:

- CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- DUTRA, J. S.; FLEURY, M. T. RUAS, R. **Competências: conceitos, métodos e experiências**. São Paulo: Atlas, 2008.
- FLEURY, A. FLEURY, M. T. L. **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira**. 3ª Ed. – 6ª reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.
- GRAMIGNA, M. R. **Modelos de competências e gestão de talentos**. São Paulo: Pearson/Makron Books, 2004.
- RABAGLIO, M. O. **Ferramentas de Avaliação de Performance com Foco em Competência**. Rio de Janeiro: Qualit Mark, 2008.
- RUAS, R. L.; ANTONELLO, C. S. BOFF, L. H. **Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Questão 01

a) Definição de concurso público para provimento de cargos públicos na Câmara Municipal de Belo Horizonte (MG).

O candidato poderá se valer da definição da Lei nº 7.863 de 1999, não necessariamente com a utilização dos mesmos vocábulos.

Lei nº 7.863 de 1999 - Estatuto dos servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Art. 7º - Concurso público é o processo de recrutamento e seleção aberto ao público em geral, atendidos os requisitos de inscrição estabelecidos em edital, que será publicado na íntegra no Diário Oficial do Município (DOM).

b) Forma adequada para provimento dos cargos públicos dos aprovados no concurso da Câmara Municipal de Belo Horizonte (MG) e a diferença dessa forma de provimento para a forma de provimento de cargos de confiança na referida Câmara.

O candidato deverá deixar claro que tanto para os cargos de confiança quanto para os concursados, a forma correta de provimento é nomeação. O candidato deverá deixar claro que a diferença está no fato de que a nomeação do concursado se dá em caráter efetivo por se tratar de cargo de carreira, enquanto a nomeação do cargo de confiança será em comissão sendo de livre nomeação e exoneração.

Lei nº 7.863 de 1999 - Estatuto dos servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Art. 5º - O provimento dos cargos públicos é feito mediante ato do presidente.

Parágrafo único – São formas de provimento de cargo público: I. nomeação; II. reversão; III. reintegração; IV. recondução; V. aproveitamento.

Seção III. Da Nomeação

Art. 10 - A nomeação é feita:

Em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de carreira;

Em comissão, para cargo de confiança declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 11 - A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, observados a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

a) O regime jurídico ao qual se submeterão os candidatos aprovados quando assumirem o cargo.

O candidato deverá deixar claro que o regime jurídico é o Estatutário. Fonte: Leis citadas e item constante do edital.

1.5 O regime jurídico no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados será o Estatutário, regulado pelas Leis Municipais nº 7.863/1999 e nº 8.793/2004, e suas alterações.

b) Nome dado à aceitação formal, pelo servidor, das atribuições, dos deveres, das responsabilidades e dos direitos inerentes ao cargo público, concretizada com a assinatura do respectivo termo pela autoridade competente e pelo candidato aprovado.

O candidato deverá deixar claro que o nome é Posse.

Lei nº 7.863 de 1999 - Estatuto dos servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Subseção I - Da Posse

Art. 13 - Posse é a aceitação formal, pelo servidor, das atribuições, dos deveres, das responsabilidades e dos direitos inerentes ao cargo público, concretizada com a assinatura do respectivo termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - Haverá posse somente em caso de provimento de cargo por nomeação.

c) O prazo para que o candidato aprovado no concurso público da Câmara Municipal de Belo Horizonte (MG) entre em exercício, a partir de quando referido prazo começa a ser contado e o que acontecerá com o candidato aprovado que cumpriu todas as etapas anteriores, mas não entrou em exercício no prazo legalmente estabelecido.

O candidato deverá deixar claro que o prazo é de dez dias.

O candidato deverá deixar claro que o prazo começa a ser contado da posse.

Na dissertação deverá estar claro que o candidato aprovado que cumpriu todas as etapas anteriores, mas não entrou em exercício no prazo legalmente estabelecido será exonerado.

Lei nº 7.863 de 1999 - Estatuto dos servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Subseção III. Do Exercício

Art. 18 - Exercício é o efetivo desempenho, pelo servidor, das atribuições do cargo público.

§ 1º - É de 10 (dez) dias o prazo para o servidor público entrar em exercício, contado da data da posse.

§ 2º - Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo previsto no parágrafo anterior.

Questão 02

a) Definição de Licitação e de Contrato na administração pública.

O candidato deverá deixar claro em sua dissertação a correta definição de Licitação.

O candidato deverá deixar claro em sua dissertação a correta definição de Contrato.

Licitação é o processo por meio do qual a Administração Pública contrata obras, serviços, compras e alienações. Em outras palavras, licitação é a forma como a Administração Pública pode comprar e vender. Já o contrato é o ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que há um acordo para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas.

Fonte: <https://portaldatransparencia.gov.br>;

b) Os quatro objetivos legalmente estabelecidos de um processo licitatório, conforme legislação vigente.

O candidato deverá fazer constar em sua dissertação os 4 objetivos citados na Lei de licitações vigente.

TÍTULO II - DAS LICITAÇÕES

CAPÍTULO I - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I. Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II. Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- III. Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- IV. Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Fonte: Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

c) As cinco modalidades de licitações, conforme legislação vigente.

O candidato deverá fazer constar em sua dissertação as 5 modalidades citadas na Lei de licitações vigente.

Seção II - Das Modalidades de Licitação

Art. 28. São modalidades de licitação:

- I. Pregão;
- II. Concorrência;
- III. Concurso;
- IV. Leilão;
- V. Diálogo competitivo.

Fonte: Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

d) Os seis critérios de julgamento passíveis de serem utilizados quando da apresentação das propostas em processos licitatórios, conforme legislação vigente.

O candidato deverá fazer constar em sua dissertação os seis critérios de julgamento citados na Lei de licitações vigente.

Seção III - Dos Critérios de Julgamento

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

- I. Menor preço;
- II. Maior desconto;
- III. Melhor técnica ou conteúdo artístico;
- IV. Técnica e preço;
- V. Maior lance, no caso de leilão;
- VI. Maior retorno econômico.

Fonte: Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

e) Definição legalmente estabelecida para “habilitação” em processo de licitação na administração pública e as quatro divisões legalmente estabelecidas para a fase de habilitação.

O candidato deverá fazer constar em sua dissertação a correta definição de “habilitação”. O candidato deverá fazer constar em sua dissertação as quatro divisões possíveis de serem aplicadas na fase de habilitação, conforme legislação vigente.

CAPÍTULO VI - DA HABILITAÇÃO

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I. Jurídica;
- II. Técnica;
- III. Fiscal, social e trabalhista;
- IV. Econômico-financeira.

Fonte: Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ÁREA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA

Questão 01

O SSL/TLS (*Secure Sockets Layer/Transport Layer Security*) é um protocolo criptográfico utilizado para garantir a segurança da comunicação em redes, especialmente na *web*. Ele permite que um cliente e um servidor estabeleçam uma conexão segura, protegendo os dados transmitidos contra interceptação e adulteração por terceiros.

O SSL/TLS opera em camada de transporte, fornecendo segurança adicional sobre os protocolos de transporte, como TCP.

Para estabelecer uma conexão segura, o SSL/TLS realiza um processo de negociação de parâmetros de segurança, onde o cliente e o servidor concordam sobre os algoritmos de criptografia e outros parâmetros a serem utilizados na comunicação. Isso inclui a escolha de algoritmos de criptografia simétrica e assimétrica, bem como métodos de autenticação.

Após a negociação dos parâmetros de segurança, o SSL/TLS realiza um processo de estabelecimento de sessão, onde são trocadas chaves criptográficas para proteger a comunicação. O cliente e o servidor utilizam essas chaves para cifrar e decifrar os dados transmitidos, garantindo a confidencialidade e integridade da informação.

Fonte:

Stallings, William; **Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas** / William Stallings; tradução Daniel Vieira; revisão técnica Paulo Sérgio Licciardi Messeder Barreto, Rafael Misoczki. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

Questão 02

Para garantir a segurança de um aplicativo *web*, é essencial compreender os principais conceitos relacionados a essa área. Isso inclui entender a importância da autenticação, autorização, criptografia, controle de acesso e validação de entrada de dados para proteger o sistema contra ameaças como ataques de injeção de código, *cross-site scripting* (XSS), *cross-site request forgery* (CSRF) e outros tipos de ataques comuns.

Além disso, é fundamental realizar uma análise de vulnerabilidades em aplicações *web* para identificar possíveis brechas de segurança. Isso pode ser feito utilizando ferramentas automatizadas, como *scanners* de vulnerabilidades, que ajudam a identificar vulnerabilidades conhecidas no código do aplicativo. Técnicas manuais de revisão de código também são importantes para identificar vulnerabilidades específicas que podem passar despercebidas pelos *scanners* automatizados.

No entanto, apenas identificar vulnerabilidades não é suficiente; é necessário explorar essas vulnerabilidades para entender seu impacto potencial no sistema e tomar medidas corretivas adequadas. Existem várias ferramentas e técnicas disponíveis para explorar vulnerabilidades em aplicativos *web*, incluindo ferramentas de *proxy*, *fuzzing*, manipulação de *cookies* e cabeçalhos HTTP, dentre outras.

Por fim, os testes de invasão em aplicativos *web* desempenham um papel crucial na avaliação da segurança do sistema. Esses testes simulam ataques reais contra o aplicativo para identificar e corrigir falhas de segurança antes que sejam exploradas por atacantes reais. Ao realizar testes de invasão regulares, é possível melhorar continuamente a segurança do aplicativo *web* e garantir a proteção dos dados confidenciais dos usuários e da organização.

Fontes:

- DUARTE, Luiz Otávio. **Segurança de Redes em Ambientes Cooperativos**. Rio de Janeiro: Ciência, Moderna, 2013.
- STALLINGS, William; **Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas** / William Stallings; tradução Daniel Vieira; revisão técnica Paulo Sérgio Licciardi Messeder Barreto, Rafael Misoczki. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.
- SINDRE, G. **Segurança de Redes em Ambientes Corporativos**. São Paulo: Pearson, 2014.
- TERADA, R. **Segurança de dados: criptografia em redes de computador**. ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2008.

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ÁREA DE INFRAESTRUTURA DE SISTEMA

Questão 01

A resposta esperada pelo candidato, obrigatoriamente, terá que evidenciar os seguintes tópicos:

1. Riscos potenciais e vulnerabilidades nos sistemas de TI da Prefeitura, tanto para a segurança física quanto lógica.

Riscos Potenciais de Segurança Física:

- a) Falha no fornecimento de energia elétrica devido a eventos climáticos extremos.
- b) Incêndio nas instalações onde os servidores e sistemas de TI estão localizados, causando danos aos equipamentos e interrupção dos serviços.
- c) Danos físicos aos servidores devido a incêndios ou desastres naturais.
- d) Avaria de equipamentos devido a condições ambientais inadequadas, como superaquecimento de servidores devido à falta de refrigeração adequada.
- e) Roubo ou vandalismo das instalações físicas onde os sistemas de TI estão localizados, resultando na perda de equipamentos ou dados.

Riscos Potenciais de Segurança Lógica:

1. Ataques de *ransomware* visando criptografar dados críticos.
2. Vazamento de informações confidenciais devido a vulnerabilidades de segurança nos sistemas.
3. Um funcionário descontente ou desonesto pode acessar informações confidenciais ou realizar ações maliciosas nos sistemas da empresa.
4. Ataques de negação de serviço (DDoS) direcionados aos servidores da prefeitura, sobrecarregando-os e impedindo o acesso aos serviços *on-line*.
5. Vulnerabilidades de *software* não corrigidas que podem ser exploradas por invasores para obter acesso não autorizado aos sistemas ou realizar atividades maliciosas.
6. Ataque de engenharia social direcionado aos funcionários da prefeitura, levando à divulgação não autorizada de informações confidenciais ou acesso indevido aos sistemas de TI.

2. Medidas preventivas para minimizar a ocorrência de falhas nos sistemas de TI.

1. Implementação de sistemas de alimentação ininterrupta (UPS) para garantir energia contínua aos servidores, mesmo durante interrupções elétricas.
2. Adoção de soluções de detecção e prevenção de incêndios em salas de servidores para mitigar riscos de danos físicos.
3. Instalação de *firewalls* de última geração e *software* antivírus atualizado para proteger os sistemas contra ataques cibernéticos.
4. Atualização regular de sistemas e aplicativos com *patches* de segurança para corrigir vulnerabilidades conhecidas.
5. Realização de *backups* regulares dos dados críticos e armazenamento seguro em locais externos para mitigar os impactos de um ataque de *ransomware* ou outro tipo de ataque cibernético.

3. Procedimentos de resposta a incidentes para lidar com falhas quando ocorrerem.

1. Designação de uma equipe de resposta a incidentes de TI para investigar e resolver rapidamente problemas de segurança, como ataques de *malware* ou violações de dados.
 2. Implementação de um processo formal de notificação de incidentes para relatar rapidamente quaisquer problemas de segurança à equipe de TI.
 3. Realização de investigações forenses para identificar a origem e o impacto de incidentes de segurança, como ataques de *malware*.
 4. Isolamento imediato de sistemas comprometidos para evitar a propagação de ataques ou danos adicionais.
 5. Notificação de autoridades competentes e tomada de medidas legais contra invasores ou infratores de segurança.
- ##### **3. Estratégias de recuperação podem ser utilizadas para restaurar os sistemas de TI o mais rápido possível após uma interrupção.**

1. Utilização de *backups* para restaurar os sistemas e dados afetados após um incidente, minimizando o tempo de inatividade e permitindo a retomada rápida das operações.
 2. Implementação de sistemas de espelhamento ou redundância para garantir a disponibilidade contínua dos serviços mesmo durante uma interrupção.
 3. Utilização de ambientes de recuperação de desastres para manter os serviços críticos em funcionamento enquanto os sistemas principais estão sendo restaurados.
 4. Implementação de planos de continuidade de negócios para garantir a disponibilidade de processos essenciais durante uma interrupção prolongada.
- 4. Estratégias para garantir a eficácia do plano de contingência.**
1. Realização de testes regulares do plano de contingência, incluindo simulações de incidentes e exercícios de resposta a emergências.
 2. Revisão periódica do plano de contingência para incorporar novas ameaças, tecnologias e lições aprendidas com incidentes anteriores.
 3. Treinamento contínuo da equipe de TI e conscientização dos funcionários sobre os procedimentos de contingência e melhores práticas de segurança.
 4. Envolvimento de partes interessadas internas e externas na revisão e validação do plano de contingência para garantir sua eficácia e relevância contínuas.

Fontes:

- **Plano De Contingência De TI: O Que É E Como Elaborar.** Disponível em: <https://prolinx.com.br/plano-de-contingencia-ti/>
- **Plano de Contingência e Continuidade dos Serviços de Tecnologia da Informação.** Disponível em: https://itp.ifsp.edu.br/files/CTI/Plano_de_Contingencia_IFSP_Campus_Itapetininga.pdf
- **Plano de Contingência de Segurança O que é, 7 Passos Elaborar.** Disponível em: <https://gestaodesegurancaprivada.com.br/plano-de-contingencia-de-seguranca-o-que-e-7-passos-elaborar/>

Questão 02

A **certificação digital** serve para autenticar a identidade de entidades online, como pessoas, empresas ou dispositivos. Ela fornece um meio seguro de identificação e comunicação na *Internet*, garantindo integridade, autenticidade e confidencialidade das informações trocadas. A certificação digital é baseada em tecnologias de criptografia assimétrica, em que um par de chaves criptográficas é utilizado para garantir a autenticidade, integridade e confidencialidade das informações. No contexto empresarial, a certificação digital é frequentemente utilizada para autenticar a identidade de empresas, organizações e indivíduos em transações eletrônicas. Para obter um certificado digital, uma entidade (indivíduo ou organização) precisa se submeter a um processo de validação realizado por uma Autoridade Certificadora (AC) confiável. Durante esse processo, a AC verifica a identidade da entidade e emite um certificado digital que contém informações como nome, chave pública, data de validade e o nome da AC que o emitiu.

Uma **assinatura digital** é um mecanismo criptográfico que garante a autenticidade e integridade de um documento ou mensagem eletrônica. Funciona através da utilização de chaves criptográficas, onde o remetente utiliza sua chave privada para gerar uma assinatura única para o documento ou mensagem. O destinatário pode então verificar a assinatura utilizando a chave pública correspondente, garantindo que o conteúdo não foi alterado e que o remetente é quem diz ser.

A assinatura digital é uma aplicação específica da certificação digital, onde a chave privada de uma entidade é utilizada para criar uma assinatura única em documentos eletrônicos ou mensagens. Essa assinatura digital é anexada ao documento e pode ser verificada utilizando a chave pública correspondente, garantindo assim a autenticidade e integridade do documento.

O processo de assinatura digital funciona da seguinte forma: o remetente utiliza sua chave privada para gerar uma assinatura digital única para o documento. O destinatário pode então utilizar a chave pública correspondente para verificar a assinatura e confirmar que o documento não foi adulterado e que o remetente é quem diz ser. A assinatura digital é amplamente utilizada em transações eletrônicas, contratos digitais, comunicações seguras e em qualquer situação onde a autenticidade e integridade dos documentos são críticas. Ela proporciona uma maneira eficiente e segura de garantir a confiança nas transações online e na troca de informações sensíveis.

As chaves simétricas e assimétricas são utilizadas em criptografia para proteger a confidencialidade dos dados. As principais características são:

Chaves simétricas: utilizam uma única chave para criptografar e descriptografar os dados. São mais rápidas e eficientes em termos de processamento, mas exigem um método seguro de compartilhamento da chave entre as partes envolvidas.

Chaves assimétricas: utilizam um par de chaves: uma pública e outra privada. A chave pública é utilizada para criptografar os dados, enquanto a chave privada é utilizada para descriptografá-los. São mais seguras em termos de compartilhamento de chaves, pois a chave privada nunca é compartilhada ou divulgada.

Na comunicação segura entre os funcionários da Empresa X, as chaves simétricas e assimétricas são utilizadas de diferentes maneiras. As chaves simétricas podem ser usadas para criptografar o conteúdo das mensagens, garantindo sua confidencialidade.

Por exemplo, quando um funcionário envia uma mensagem, ele pode criptografá-la com uma chave simétrica compartilhada entre remetente e destinatário. Em contrapartida, as chaves assimétricas são frequentemente utilizadas para estabelecer uma comunicação segura inicial, permitindo a troca segura de chaves simétricas. Por exemplo, ao iniciar uma conversa, os funcionários podem trocar chaves públicas para criptografar a chave simétrica usada na comunicação posterior.

Fontes:

- COMER, Douglas E. **Redes de computadores e internet.: Grupo A, 2016.** E-book. ISBN 9788582603734. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582603734/>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- FONTES, Edison Luiz G. **Segurança da informação – 1ª edição.**: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502122185. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502122185/>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- MORAES, Alexandre Fernandes de. **Segurança em Redes – Fundamentos.** Editora Saraiva, 2010. E-book. ISBN 9788536522081. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522081/>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- TERADA, R. **Segurança de dados: criptografia em redes de computador.** ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2008. p. 44.

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: ARQUITETO

Questão 01

Espera-se que o candidato desenvolva o texto de acordo com o padrão solicitado, dissertativo-argumentativo, e aponte o objetivo de implementação, a nível municipal, dos princípios estabelecidos pela Nova Agenda Urbana (NAU), orientados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), indicando que os ODS possuem como finalidade tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Com isto, entre os conceitos, instrumentos e parâmetros norteadores, é fundamental, em atendimento ao enunciado, que o candidato aponte para a garantia de gestão sustentável, segundo Plano Diretor de BH, por meio de: definição de zonas de preservação ambiental, incorporando a elas áreas degradadas a serem recuperadas; definição de Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs) de interesse ambiental; constituição de rede de áreas de estruturação ambiental, incluindo conexões verdes e conexões de fundo de vale; e também para as medidas de redução de risco de desastres, de mitigação e de adaptação às alterações climáticas, a serem realizadas por meio de: exigência de área permeável vegetada em terreno natural nos lotes; indicação ou exigência de instalação de caixa de captação nas edificações como dispositivo para auxílio da contenção de cheias; definição de tipologias arquitetônicas específicas para áreas sujeitas a inundações; contenção do adensamento nas áreas de fundo de vale por meio do desenvolvimento de planos de ocupação específicos. O planejamento, considerando a efetiva participação popular, deve ser realizado tendo em vista a gestão participativa e a concepção de cidades mais seguras. Desse modo, são meios de possibilitar a inclusão da sociedade nas decisões de planejamento: a realização quadrienal da Conferência Municipal de Política Urbana e definição dessa instância como fórum responsável pela revisão do conteúdo deste Plano Diretor; instituição do Conselho Municipal de Política Urbana (Compur) como instância de monitoramento da legislação urbanística municipal; gestão de porções territoriais dotadas de características específicas por meio dos Fóruns das Áreas de Diretrizes Especiais – Fades. Ainda, é importante que seja frisado pelo candidato que o Poder Executivo será o responsável por desenvolver indicadores para avaliação periódica quanto ao cumprimento de medidas previstas na NAU, garantindo sua efetividade, bom uso de recursos e cumprimento das metas estabelecidas por lei.

Fonte:

Plano Diretor. Lei nº 11.181, de 08 de agosto de 2019, que “Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências” Capítulo II.

Questão 02

O candidato deve elaborar redação considerando os dispostos em lei que Instituiu a Política Municipal de Mitigação dos Efeitos da Mudança Climática. Portanto, deve apontar a obrigatoriedade do emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenha procedência legal, pois este atendimento é requisito para a elaboração do projeto executivo. Considerando também o cunho público – a contratação por parte do Município – devem ser citadas as seguintes exigências que devem constar em editais de licitação de obras e serviços: especificação do objeto ou emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenha procedência legal. Cabe, ainda, frisar a responsabilidade do contratado em manter em seu poder os respectivos documentos comprobatórios de uso de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal a ser apresentado em fiscalização a ser efetuada pelo poder público municipal. Por último, deve ser ressaltado que no momento da assinatura dos contratos, será feita declaração, firmada sob as penas da lei, do compromisso de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenha procedência legal. Articulando ao uso desse material (madeira), o candidato deverá apontar que o uso de materiais certificados incide na certeza do exame do ciclo de vida de produto, visando a identificar seu impacto ambiental no decorrer de sua existência, incluindo desde a extração do recurso natural, seu processamento para transformação em produto, transporte, consumo, uso, reutilização, reciclagem, até sua disposição final, tornando-o habilitado para sua finalidade.

Fonte:

Lei Municipal nº 10.175, de 06 de maio de 2011, que “Institui a Política Municipal de Mitigação dos Efeitos da Mudança Climática”. Seção V.

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

Questão 01

A trajetória histórica do Serviço Social no Brasil é marcada por sua origem vinculada à Doutrina Social da Igreja Católica e ao pensamento conservador das Ciências Sociais até a década de 1950. A aproximação tardia da profissão com os movimentos sociais ocorreu através da articulação política-organizativa, especialmente com a criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) em 1983. Essa iniciativa fortaleceu os laços do Serviço Social com as lutas da classe trabalhadora e contribuiu para sua inserção nas dinâmicas sociais em curso.

No contexto dessa aproximação, destacam-se estratégias específicas como a formação de alianças, visando à construção de um poder compartilhado entre técnicos, profissionais, sindicatos e grupos das classes dominadas.

A adoção da Educação Popular, influenciada por Paulo Freire, busca uma dimensão educativa libertadora na formação profissional, capacitando assistentes sociais a compreenderem o cotidiano dos setores populares. A assessoria aos movimentos sociais, por sua vez, visa contribuir efetivamente no processo de conscientização, mobilização e organização da população explorada.

Essas estratégias desempenham um papel crucial no fortalecimento do projeto profissional do Serviço Social. A formação de alianças promove uma abordagem colaborativa, enquanto a Educação Popular estimula uma compreensão mais profunda das realidades sociais.

A assessoria aos movimentos sociais, por sua vez, permite que a profissão desempenhe um papel ativo na transformação social, alinhando-se com os princípios da teoria crítica e da busca pela emancipação humana. Dessa forma, o Serviço Social não apenas se posiciona politicamente, mas também se torna um agente efetivo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Fonte:

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira. Movimentos Sociais e Serviço Social: uma análise a partir da Teoria Crítica. In: **Anais do XVIII Encontro Latino-americano de Iniciação Científica, XIV Encontro Latino-americano de Pós-Graduação e IV Encontro de Iniciação à Docência**, realizado na Universidade do Vale do Paraíba de 23 a 24 de outubro de 2014.

Questão 02

A atuação do Serviço Social em ambientes empresariais enfrenta desafios significativos no cenário contemporâneo, marcado por transformações no mundo do trabalho. A terceirização e a flexibilização tornaram-se características fundamentais, refletindo a dinâmica da era globalizada. Nesse contexto, os assistentes sociais nas empresas se veem diante da necessidade de conciliar as demandas organizacionais com os princípios ético-políticos da profissão.

A terceirização, exemplificada pelo surgimento de consultorias especializadas em gestão de pessoas, apresenta uma tendência de informalização do trabalho do assistente social. O profissional, muitas vezes autônomo, enfrenta a pressão por flexibilidade, disponibilidade 24 horas e ampla abrangência no atendimento. Esse formato atende às exigências do mercado, alinhando-se à lógica *just in time* da reestruturação produtiva.

A dualidade entre atender às demandas empresariais e manter o compromisso ético-político é evidente. Os assistentes sociais devem articular a eficácia de suas intervenções com a preservação dos valores da profissão. Isso implica em estabelecer estratégias que, além de atender às necessidades imediatas dos empregadores, promovam a autonomia e a emancipação dos trabalhadores.

A atenção a questões emergenciais, como incidentes críticos e desastres, exige uma abordagem sensível e ética, mantendo o foco na promoção do bem-estar e na garantia de direitos.

O desafio reside na capacidade do assistente social de se posicionar como um agente de transformação, mesmo dentro das dinâmicas corporativas. A busca por espaços de diálogo, a compreensão das demandas específicas do ambiente empresarial e o fortalecimento do projeto ético-político da profissão são estratégias essenciais.

Assim, o profissional pode contribuir para a construção de ambientes de trabalho mais humanizados, que considerem não apenas a produtividade, mas também a dignidade e o respeito aos direitos dos trabalhadores.

Fontes:

- AMARAL, Angela Santana do; CESAR, Monica de Jesus. **O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas.**
- AMARAL, Angela Santana do; CESAR, Monica de Jesus. **Serviços social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 1-14.
- Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/G2cm832r29W2oX2IHY6P.pdf>. Acesso em: 28/02/2024.

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Questão 01

As hipóteses estão apresentadas no Artigo 18 do RICMS 2023, abaixo reproduzido:

Art. 18 – A substituição tributária de que trata este capítulo não se aplica:

I – às operações, inclusive de importação e de aquisição em licitação promovida pelo poder público, que destinem mercadorias submetidas ao regime de substituição tributária a estabelecimento industrial fabricante da mesma mercadoria, assim entendida a classificada no mesmo Código Especificador da Substituição Tributária – CEST, hipótese em que a retenção do imposto devido por substituição tributária será realizada no momento da saída da mercadoria;

II – às operações promovidas por estabelecimento industrial em retorno ao estabelecimento encomendante da industrialização, hipótese em que a este é atribuída a responsabilidade pelo recolhimento do imposto a título de substituição tributária;

III – às transferências promovidas entre estabelecimentos do industrial fabricante, exceto quando destinadas a estabelecimento varejista, hipótese em que a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto recairá sobre o estabelecimento que promover a saída da mercadoria com destino a outro contribuinte;

IV – às operações que destinem mercadorias a estabelecimento industrial para emprego em processo de industrialização como matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem, desde que este estabelecimento não comercialize a mesma mercadoria;

V – às operações que destinem mercadorias submetidas ao regime de substituição tributária a contribuinte detentor de regime especial de tributação de atribuição de responsabilidade, na condição de substituto tributário, pela retenção e recolhimento do ICMS devido pelas saídas subsequentes, concedido pelo Superintendente de Tributação, em relação às mercadorias constantes dos capítulos 1, 2, 8 a 12, 14 a 22, 27 e 28, todos da Parte 2 deste anexo;

VI – às mercadorias discriminadas em item da Parte 2 deste anexo para as quais haja previsão de isenção do ICMS nas operações internas, subsistindo o regime de substituição tributária apenas em relação às demais mercadorias constantes do item;

VII – às operações com mercadorias produzidas em escala industrial não relevante, observado o disposto no art. 19 desta parte.

Fonte:

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais. **RICMS 2023**. Disponível em: https://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/ricms2023/anexovii2023.pdf. Acesso em: 7 abr. 2024.

Questão 02

O candidato pode citar quaisquer 3 tributos municipais dentre os previstos na legislação tributária do município, apresentando suas características, hipóteses de incidência e fatos geradores. A seguir serão apresentados os tributos definidos na legislação tributária do município de Belo Horizonte, com suas respectivas características, hipóteses de incidência e fatos geradores.

O tipo de tributo será de taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (Lei Municipal nº 8.147/2000) em que a espécie tributária corresponde à taxa; sua base de cálculo refere-se ao custo previsto do serviço, rateado entre os contribuintes, conforme a frequência da coleta e o número de economias existentes no imóvel; incidirá sobre os imóveis edificadas localizados em logradouros alcançados pelo serviço; e os fatos gerados será a utilização efetiva ou potencial do serviço público de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, diretamente pelo município ou mediante concessão. A Taxa de Manutenção dos Cemitérios Municipais (Lei Municipal nº 7.013/1995) em que a espécie tributária corresponde à taxa; sua base de cálculo corresponde à taxa com valor específico para cada cemitério municipal; a incidência será no primeiro dia útil de cada ano; e, os fatos geradores serão: pessoa física ou jurídica detentora do título de perpetuidade de jazigo.

O tipo de tributo será taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte em que a espécie tributária corresponde à taxa relativa ao poder de polícia (Lei Municipal nº 5.641/1989); sua base de cálculo corresponde a duas UFPBH, por ano; a incidência contribuinte é a pessoa física ou jurídica titular dos estabelecimentos mencionados no artigo 18. São isentos do

pagamento da Taxa de Fiscalização e Funcionamento: I – As entidades ou instituições imunes; II – Os profissionais autônomos; os fatos geradores de fiscalização exercida pelo município sobre a instalação, conservação e funcionamento de elevadores de passageiros e cargas, alçapões, monta-cargas, escadas rolantes, planos inclinados móveis e outros de natureza especial, observada a legislação específica.

O tipo de tributo será taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento em que a espécie tributária corresponde à taxa relativa ao poder de polícia (Lei Municipal nº 5.641/1989); sua base de cálculo é em conformidade com a Tabela I anexa à Lei nº 5.461/1989; a incidência ao contribuinte é a pessoa física ou jurídica titular dos estabelecimentos mencionados no artigo 18. São isentos do pagamento da Taxa de Fiscalização e Funcionamento: I – As entidades ou instituições imunes; II – Os profissionais autônomos; os fatos geradores da fiscalização exercida pelo município sobre a localização de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, bem como sobre o seu funcionamento em observância à legislação do uso e ocupação do solo urbano e às posturas municipais relativas à segurança, à ordem e à tranquilidade públicas e ao meio ambiente.

O tipo de tributo será de taxa de Fiscalização de Engenhos de Publicidade em que a espécie tributária corresponde à sua base de cálculo, conforme os parâmetros do item V da Tabela I da Lei nº 5.461/1989; a incidência contribuinte é a pessoa física ou jurídica proprietária do engenho; são isentos da TFA os anúncios: I – Veiculados pela União, Estados e Municípios; II – Indicativos de vias e logradouros públicos e os que contenham os caracteres numerais destinados a identificar as edificações; III – Destinados à sinalização do trânsito de veículos e de pedestres; IV – Fixados ou afixados nas fachadas e antessalas das casas de diversões públicas, com a finalidade de divulgar peças e atrações musicais e teatrais ou filmes; V – Exigidos pela legislação específica e afixados nos canteiros de obras de construção civil; VI – Indicativos de nomes de edifícios ou prédios, sejam residenciais ou comerciais. Os fatos geradores de fiscalização exercida pelo município sobre a instalação e a manutenção de engenho de publicidade em cumprimento da legislação municipal específica.

O tipo de tributo será como taxa de Fiscalização Sanitária, em que a espécie tributária corresponde à taxa relativa ao poder de polícia (Lei Municipal nº 5.641/1989); sua base de cálculo corresponde em conformidade com a Tabela I anexa à Lei nº 5.461/1989; a incidência ao contribuinte é a pessoa física ou jurídica, titular de produto, de embalagem, de utensílio, de equipamento, de atividade, de unidade ou de estabelecimento sujeito à fiscalização sanitária prevista no Art. 26. São isentas da Taxa de Fiscalização Sanitária: as instituições imunes; os fatos geradores de fiscalização exercida pelo município sobre produto, embalagem, utensílio, equipamento, serviço, atividade, unidade e estabelecimento pertinentes à saúde pública municipal, em observância às normas sanitárias vigentes.

O tipo de tributo será contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Lei Municipal nº 8.468/2002); em que a espécie tributária corresponde à contribuição; sua base de cálculo corresponde a tarifa Convencional do Subgrupo B4a – Iluminação Pública; incidirá sobre os imóveis, edificados ou não, localizados em logradouros alcançados pelos serviços referidos no parágrafo único do Art. 2º; e, os fatos geradores serão de prestação do serviço de iluminação pública pelo Município, diretamente, ou mediante concessão, em caráter universal, de forma a viabilizar a tranquilidade, o bem-estar e a segurança nos espaços públicos.

O tipo de tributo corresponde a imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (Lei Municipal nº 9.795/2009); em que a espécie tributária corresponde a imposto; sua base de cálculo trata-se do valor venal do imóvel; com incidência relacionada às alíquotas fixadas na tabela baixada pelo Art. 5º serão aplicadas, sucessivamente, segundo as faixas de valor que compõem a base de cálculo do IPTU de cada imóvel, sendo o imposto devido o somatório dos valores obtidos em cada faixa de incidência com fatos geradores de propriedade do imóvel.

O tipo de tributo será Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso (Lei Municipal nº 5.492/1988) em que a espécie tributária corresponde a imposto; sua base de cálculo será sobre valor venal dos bens ou dos direitos transmitidos ou cedidos em condições normais de mercado em que a incidência trata-se de I – A transmissão onerosa, a qualquer título, da propriedade ou domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, situados no território do Município; II – A transmissão onerosa, a qualquer título, de direitos reais, exceto os de garantia, sobre imóveis situados no território do Município; III – A cessão onerosa de direitos relativos à aquisição dos bens referidos nos incisos anteriores; os fatos geradores ocorrem com o registro do título translativo de propriedade do bem imóvel, ou de direito real a ele relativo, exceto os de garantia, na sua respectiva matrícula imobiliária perante o ofício de registro de imóveis competente.

O tipo de tributo será Imposto Sobre Serviços (Lei Municipal nº 8.725/2003) em que sua base de cálculo será sobre imposto; a base de cálculo será sobre o preço do serviço (o valor total recebido ou devido em consequência da prestação do serviço, vedadas deduções, exceto as expressamente autorizadas em lei); a incidência independe de: denominação do serviço prestado; existência de estabelecimento fixo; cumprimento de exigência legal, regulamentar ou administrativa, relativa ao exercício da atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis; resultado financeiro obtido no exercício da atividade; não incide sobre: a exportação de serviço para o exterior do país; a prestação de serviço em relação de emprego, de trabalhador avulso, de diretor e membro de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedade e fundação, bem como de sócio-gerente e de gerente-delegado; o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, os juros e os acréscimos moratórios relativos a operação de crédito realizada por instituição financeira. Fica excluído do disposto no inciso I deste artigo o serviço desenvolvido no

país, cujo resultado se verifique no Brasil, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior. Os fatos geradores tratam-se da prestação de serviço definido em lei complementar, constante da Lista de Serviços que integra o Anexo Único da Lei Municipal nº 8.725/200, ainda que esse não constitua atividade preponderante do prestador.

Fontes:

Legislação Municipal de Belo Horizonte:

Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (Lei Municipal nº 8.147/2000 e suas atualizações).

Taxa de Manutenção dos Cemitérios Municipais (Lei Municipal nº 7.013/1995 e suas atualizações).

Taxas relativas ao poder de polícia (Lei Municipal nº 5.641/1989 e suas atualizações).

Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Lei Municipal nº 8.468/2002 e suas atualizações).

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (Lei Municipal nº 9.795/2009 e suas atualizações).

Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso (Lei Municipal nº 5.492/1988 e suas atualizações).

Imposto Sobre Serviços (Lei Municipal nº 8.725/2003 e suas atualizações).

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA

Questão 01

Redes de Atenção à Saúde: são arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado. São sistematizadas para responder a condições específicas de saúde, por meio de um ciclo completo de atendimentos, que implica a continuidade e a integralidade da atenção à saúde nos diferentes níveis Atenção Primária, Secundária e Terciária.

Princípios da Rede Cegonha: o respeito, a proteção e a realização dos direitos humanos; o respeito à diversidade cultural, étnica e racial; a promoção da equidade; o enfoque de gênero; a garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos de mulheres, homens, jovens e adolescentes; a participação e a mobilização social; e a compatibilização com as atividades das redes de atenção à saúde materna e infantil em desenvolvimento nos estados.

Os Centros de Atenção Psicossocial estão organizados nas seguintes modalidades: CAPS I; CAPS II; CAPS III; CAPS AD; CAPS AD III; CAPS i.

Rede de Atenção à Saúde das pessoas com doenças crônicas: consideram-se doenças crônicas as doenças que apresentam início gradual, com duração longa ou incerta, que, em geral, apresentam múltiplas causas e cujo tratamento envolva mudanças de estilo de vida, em um processo de cuidado contínuo que, usualmente, não leva à cura.

O componente Promoção, Prevenção e Vigilância à Saúde na Rede de Atenção às Urgências: tem por objetivo estimular e fomentar o desenvolvimento de ações de saúde e educação permanente voltadas para a vigilância e prevenção das violências e acidentes, das lesões e mortes no trânsito e das doenças crônicas não transmissíveis, além de ações intersetoriais, de participação e mobilização da sociedade visando a promoção da saúde, prevenção de agravos e vigilância à saúde.

Fontes:

- Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017.** Consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. 2017.
- Ministério da Saúde. **As Redes Atenção à Saúde.** 2020.

Questão 02

Metanálises: são um cálculo estatístico (ou seja, um somatório estatístico) aplicado aos estudos primários incluídos em uma revisão e aumentam o poder estatístico para detectar as possíveis diferenças entre os grupos estudados e a precisão da estimativa dos dados, diminuindo, assim, o Intervalo de Confiança (IC). Além disso, as metanálises são fáceis de serem interpretadas, dependendo apenas de um pouco de prática e treino.

Princípio fundamental da metanálise: o aumento do tamanho amostral, o qual é obtido pelos resultados numéricos de vários estudos examinando a mesma questão clínica, o que permite a realização de uma síntese estatística do conjunto de resultados.

PICO: é acrônimo para paciente-população; intervenção diagnóstica ou terapêutica; alternativa intervenção-comparação; resultados de interesse-desfecho.

Um viés de seleção em ensaios clínicos com randomização de clusters ocorre: nos casos em que há randomização de grupos de clusters não comparáveis. Por exemplo, a randomização de UTIs em vez de pacientes, com os grupos resultantes não adequadamente comparáveis entre si.

Limitações metodológicas que podem influenciar nas estimativas do efeito do tratamento.

- I. a falta ou ocultação de alocação ou cegamento (resultados subjetivo e avaliação altamente suscetível a vieses);
- II. a contabilização de uma proporção significativa de pacientes que iniciaram o estudo (perda considerável no seguimento ou o resultado não medido em uma proporção significativa de pacientes);
- III. a falha na adesão ao princípio da intenção de tratar durante a análise;

- IV. o pareamento para obter benefícios;
- V. o relato seletivo dos resultados que mostram um aparente efeito de tratamento;
- VI. falha a em relatar resultados que não mostram nenhum efeito evidente.

Fontes:

- ROEVER L; GOMES-NETO M; DURÃES AR; REIS PE; POLLO-FLORES P; SILVA RML; RESENDE ES. **Compreendendo o GRADE: PICO e qualidade dos estudos.** Rev Soc Bras Clin Med. 2021;19(1):54-61.
- DIB RE. **Como interpretar uma metanálise?** Vasc Bras. 2022;21:e20220043. Acesso em: 07/04/24.
Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1677-5449.202200431>

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: CONTADOR

Questão 01

a) Valor líquido contábil é o valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada, bem como das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Após 2 (dois) anos de uso o valor líquido contábil do Ativo Gerador de Caixa será o custo de aquisição (R\$ 800.000,00) deduzindo a depreciação acumulada mensurada conforme abaixo:

Depreciação Acumulada = ((Custo de aquisição – Valor residual) ÷ vida útil) × tempo de uso

Depreciação Acumulada = ((800.000,00 – 200.000,00) ÷ 5) × 2

Depreciação Acumulada = (600.000,00 ÷ 5) × 2

Depreciação Acumulada = 120.000,00 × 2

Depreciação Acumulada = 240.000,00

Assim, o valor líquido contábil será o custo de aquisição (R\$ 800.000,00) deduzido a depreciação acumulada (R\$ 240.000,00) que totalizará R\$ 560.000,00.

bi) Valor justo líquido de despesas de venda é o montante que pode ser obtido pela venda de ativo em transação sem favorecimentos entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas de venda. No estudo em tela, temos:

Valor de venda de ativo (R\$ 365.000,00) - Despesas com a venda do ativo (R\$ 15.000,00); logo, o valor justo líquido de despesas de venda será de R\$ 350.000,00.

bii) Valor em uso de ativo gerador de caixa é o valor presente da estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados do uso contínuo dos ativos e de sua alienação ao final de sua vida útil. No estudo em tela, temos:

$$VP = \frac{VF}{(1+i)^n}$$

$$VP = \frac{104.500,00}{(1,10)^1} + \frac{79.860,00}{(1,10)^2} + \frac{252.890,00}{(1,10)^3}$$

$$VP = \frac{104.500,00}{1,1000} + \frac{79.860,00}{1,2100} + \frac{252.890,00}{1,3310}$$

$$VP = 95.000,00 + 66.000,00 + 190.000,00$$

$$VP = \mathbf{351.000,00}$$

Assim, o valor em uso do ativo gerador de caixa objeto deste estudo é de R\$ 351.000,00

biii) Valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso. Na situação apresentada na questão acima temos:

Valor justo líquido de despesas de venda R\$ 350.000,00

valor em uso R\$ 351.000,00

Assim, o valor recuperável do ativo em análise é de R\$ R\$ 351.000,00

c. A perda por redução ao valor recuperável para unidade geradora de caixa deve ser reconhecida se, e somente se, o valor recuperável da unidade for menor do que o seu valor contábil. No caso acima, o Valor Recuperável é de R\$ 351.000,00 enquanto o valor contábil é R\$ 560.000,00, apurando uma perda a ser reconhecida no valor de R\$ 209.000,00. Essa perda, que deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período, deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos geradores de caixa da unidade, realizando o seguinte lançamento contábil:

D VPD com Redução ao Valor Recuperável de Ativo Imobilizado (Conta de resultado)...209.000,00

C (-) Redução ao Valor Recuperável de Ativo Imobilizado (Ativo)209.000,00

Fontes:

- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. ed. 9, 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TSP 10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa**. 2017.

Questão 02

Conceito de plano de contas.

Plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários.

Alcance do PCASP.

A utilização do PCASP é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, autarquias, inclusive especiais, fundações, e empresas estatais dependentes. A utilização do PCASP é facultativa para as demais entidades.

Estrutura do PCASP de acordo com as naturezas das informações contábeis.

O PCASP está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis:

- a. Natureza de Informação Orçamentária: registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- b. Natureza de Informação Patrimonial: registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas.
- c. Natureza de Informação de Controle: registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.

Classes de contas que compõe o PCASP.

O PCASP é dividido em 8 classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam:

Natureza da informação: Patrimonial

1. Ativo; 2. Passivo; 3. Variações Patrimoniais Diminutivas; e, 4. Variações Patrimoniais Aumentativas.

Natureza da informação: Orçamentária

5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento; e, 6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

Natureza da informação: Controle

7. Controles Devedores; e, 8. Controles Credores.

Regras para realização de lançamentos contábeis e interações.

O registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação.

Assim, os lançamentos estarão fechados dentro das classes 1 a 4 ou das classes 5 e 6 ou das classes 7 e 8:

- a. Lançamentos de natureza patrimonial: apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4.
- b. Lançamentos de natureza orçamentária: apenas debitam e creditam contas das classes 5 e 6.
- c. Lançamentos de natureza de controle: apenas debitam e creditam contas das classes 7 e 8.

Fonte:

- BRASIL. Secretária do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. ed. 9, 2021.

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: COORDENADOR DO PROCESSO LEGISLATIVO

Questão 01

Conforme leciona Rafael Carvalho Rezende Oliveira, na obra “Princípios do Direito Administrativo” (2013), o princípio da reserva de lei ou princípio da reserva legal é um desdobramento do princípio da legalidade. Por ele determina-se que o tratamento de certas matérias deve se dar por meio de legislação, excluindo-se a possibilidade da regulamentação através de outros atos com caráter normativo.

Nas lições do autor, o princípio da reserva legal pode ser classificado em sua concepção formal e material. Na acepção formal, o princípio da reserva legal gera a obrigatoriedade de regulamentação de determinada matéria através da edição de espécie normativa exclusivamente pelo Poder Legislativo, com a observância do devido processo legislativo constitucional. De acordo ainda com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, disposto no julgamento da ADI 2.075, o princípio constitucional da reserva de lei formal traduz limitação ao exercício das atividades administrativas e jurisdicionais do Estado, vendando, nas matérias a ele sujeitas, quaisquer intervenções normativas, a título primário, de órgãos estatais não legislativos.

Em sua perspectiva material, temos que o princípio da reserva legal não pressupõe necessariamente a promulgação de espécie normativa editada pelo Poder Legislativo, podendo a matéria ser trabalhada por ato normativo com força de lei, como no caso da edição de Medidas Provisórias.

Fontes:

- OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. **Princípios do Direito Administrativo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Método, 2013.
- CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Juspodivm, 2022.
- STF. ADI 2075, Min. Rel.: Celso de Mello. Tribunal Pleno, julgado em: 07/02/2001.

Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347415>.

Questão 02

Sim, muito embora o Art. 125, §2º da CF/1988, sinalize apenas a previsão de instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, desde que observados os parâmetros da Constituição Federal, é possível que os Estados introduzam em suas Constituições outros meios de controle de constitucionalidade, a exemplo da ação declaratória de constitucionalidade, da arguição de descumprimento de preceito fundamental, ação direta de inconstitucionalidade por omissão e a ação direta interventiva estadual. A Constituição do Estado de Minas Gerais, inclusive, faz previsão expressa da adoção de tais ações concentradas (arts. 106, I, “h”; 118, § 4º; 120, IV).

Conforme leciona Pedro Lenza (2023), pelo princípio da simetria, muito embora o Art. 125, §2º, tenha fixado somente a possibilidade de instituição de representação de inconstitucionalidade (que corresponderia à ADI), parece-nos perfeitamente possível que, desde que respeitadas as regras da CF/88, se implementem os demais meios de controle, quais sejam, além do controle difuso, as ações de controle concentrado originariamente no TJ local, destacando-se: a já mencionada representação de inconstitucionalidade, a ADC, a ADPF, a ADO e a IF – representação interventiva (ADI interventiva estadual).

Fontes:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Constituição do Estado de Minas Gerais.
- LENZA, Pedro. **Direito constitucional**. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Editora Saraiva, 2023.

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: ENFERMEIRO DO TRABALHO

Questão 01

Etapas do processo de enfermagem:

- 1ª etapa – Avaliação de Enfermagem;
- 2ª etapa – Diagnóstico de Enfermagem;
- 3ª etapa – Planejamento de Enfermagem;
- 4ª etapa – Implementação de Enfermagem;
- 5ª etapa – Evolução de Enfermagem.

A 3ª etapa do processo de enfermagem compreende o desenvolvimento de um plano assistencial direcionado à pessoa, família, coletividade, grupos especiais, e compartilhado com os sujeitos do cuidado e Equipe de Enfermagem e Saúde. Deverá envolver:

I – Priorização de Diagnósticos de Enfermagem;

II – Determinação de resultados (quantitativos e/ou qualitativos) esperados e exequíveis de enfermagem e de saúde;

III – Tomada de decisão terapêutica, declarada pela prescrição de enfermagem das intervenções, ações/atividades e protocolos assistenciais.

Fonte:

Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução nº 736, de 17 de janeiro de 2024.** Dispõe sobre a implementação do Processo de Enfermagem em todo contexto socioambiental onde ocorre o cuidado de enfermagem.

Questão 02

Definição: a promoção da equidade é um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem relação direta com os conceitos de igualdade e de justiça social. Orientado pelo respeito às necessidades, diversidades e especificidades de cada cidadão ou grupo social, o princípio da equidade inclui o reconhecimento de determinantes sociais, como as diferentes condições de vida, que envolvem habitação, trabalho, renda, acesso à educação, lazer, entre outros que impactam diretamente na saúde.

Populações em situação de desigualdade e de vulnerabilidade social: população negra; população em situação de rua; população do campo, da floresta e das águas e povos e comunidades tradicionais; povo cigano/romani; população LGBT; pessoas com albinismo; adolescentes em conflito com a lei.

Fonte:

Ministério da Saúde. **Populações em situação de vulnerabilidade e desigualdade social.** 2022.

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

Questão 01

O orçamento analítico é a alternativa de orçamento mais completa, pois ele abrange a avaliação dos custos de obra levando em consideração o levantamento quantitativo de materiais, ferramentas necessárias para executar cada uma das atividades, serviços planejados da obra, mão de obra, compra de materiais entre outros custos que possam surgir.

O orçamento sintético analisa apenas o custo unitário do serviço, sem levar em consideração quais serão os insumos utilizados em uma construção. É uma síntese de quais serão os gastos com materiais na construção.

1. Composições do orçamento analítico: a) insumos – elementos utilizados como matéria-prima, a energia que será gasta, os custos com o maquinário, além da mão de obra dos que trabalharão na construção; b) coeficiente – quantidade de insumo que será gasta para que seja possível obter 1 unidade de serviço; c) unidade – forma como os insumos serão medidos em sua construção; d) custo unitário e total – o valor a ser gasto para conseguir uma unidade de insumo.

2. Composições do orçamento sintético: analisa apenas o custo unitário do serviço, sem levar em consideração quais serão os insumos utilizados em uma construção. É, de maneira resumida, uma síntese de quais serão os gastos com materiais na construção.

A) Exemplo de orçamento analítico:

Item	Descrição	Un.	Quant.	MATERIAL		MÃO DE OBRA		TOTAL (MAT+M.O.)	(%)
				Preço unt.	Preço total	Preço unt.	Preço Total		
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES				391,09		1.912,37	2.303,46	1,43%
1.1	LOCAÇÃO DA OBRA	m²	130,68	2,99	391,09	4,19	547,37	938,46	0,58%
1.2	PROJETOS COMPLEMENTARES (HIDRAULICO/ESTRUTURAL)	VB	1,00		-	1.365,00	1.365,00	1.365,00	0,85%
2.0	INFRAESTRUTURA				9.230,81		6.420,93	15.651,74	9,75%
2.1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE TERRA	m²	12,22		-	30,67	374,80	374,80	0,23%
2.2	NIVELAMENTO E REGULARIZAÇÃO	m²	69,76		-	8,52	594,54	594,54	0,37%
2.3	MICRO ESTACAS	ML	144,00	30,05	4.327,04	26,17	3.768,25	8.095,29	5,04%
2.4	CONCRETO MAGRO	m³	3,49	380,00	1.325,42	94,61	330,00	1.655,42	1,03%
2.5	CONCRETO, FCK= 20 MPa	m³	4,58	380,00	1.741,64	94,61	433,63	2.175,26	1,35%
2.6	AÇO ESTRUTURAL	kg	389,58	3,68	1.434,68	1,55	604,57	2.039,25	1,27%
2.7	FORMAS MADEIRIT	m²	4,58	34,55	158,36	22,26	102,02	260,37	0,16%
2.8	IMPEMEABILIZACAO DE BALDRAME	m²	76,39	3,19	243,68	2,79	213,12	456,80	0,28%

(Fonte: Santos, Fernandes e Martins.)

B) Exemplo de orçamento sintético:

Item	Discriminação	Unid.	Quantidade	Custo (R\$)	
				Unitário	Total
2	Estrutura				
2.1	Concreto	m³	100,00	197,61	19.761,00
2.2	Forma chapa compensada e=12mm, 3 reaproveitamentos	m²	1.000,00	36,10	36.100,00
2.3	Armadura em aço – CA50	Kg	10.000,00	3,49	34.900,00
2.4	Transporte e lançamento de concreto em estrutura	m³	100,00	19,28	1.928,00
2.5	Laje pré-fabricada	m²	300,00	49,02	14.706,00
Total subitem					107.395,00

(Fonte: Felisberto, 2017.)

Fonte:

CARVALHO, Michele. **Conhecendo o Orçamento de Obras**. Grupo GEN, 2019. Rafael. Artigo – Orçamento Analítico X Sintético: Quais as Diferenças. 2023.

Questão 02

O Boletim de Medição é um documento complementar ao Atesto da Nota Fiscal no qual será emitido parecer sobre o fornecimento/serviço prestado. O critério de medição adotado deve estar explicitado na memória de cálculo que acompanha o Boletim de Medição.

Nas linhas da planilha do Boletim são reproduzidos os serviços da planilha contratual com as informações: o item, descrição do serviço, unidade de medida, quantidade contratada, preço unitário, o quantitativo executado até o mês anterior, o quantitativo executado no mês, o quantitativo executado até o mês (acumulado), o valor unitário do serviço (planilha contratual), o valor executado no mês e o valor executado acumulado.

De acordo com o Manual de Auditoria de Obras Públicas:

Parte I: Processo de Trabalho e Gestão Paradigma, recomenda-se que o fiscal adote os seguintes procedimentos: I – Cada serviço medido deve ter uma memória de cálculo detalhada com a indicação dos locais e áreas em que o serviço foi aferido. A memória de cálculo pode ter croquis ilustrativo e deve demonstrar com exatidão como se chegou à quantidade de serviço a pagar. As fórmulas utilizadas para o cálculo de áreas e volumes devem estar claramente demonstradas. Da memória de cálculo deve constar o período de execução a que se refere com as datas inicial e final; II – Fazer o controle comparativo entre as quantidades em execução e as previstas para aquela etapa da obra. Ocorrendo diferenças significativas, o fiscal deve acionar o projetista da obra para que justifique o fato e sugira providências saneadoras; III – Manter rígido controle dos saldos de serviços contratados para verificar a sua devida suficiência para a conclusão da obra. A extrapolação dos quantitativos previstos na planilha contratual é proibida. Só pode ocorrer mediante a prévia celebração de termo aditivo ao contrato; IV – Fazer registro fotográfico do andamento dos serviços, inclusive com fotos mostrando o “antes” e o “depois”; V – Arquivar cópia de todos estes documentos, inclusive as fotos datadas no PAEC.

Fonte:

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Manual de Auditoria de Obras Públicas – Parte I: Processo de Trabalho e Gestão Paradigma.**

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: JORNALISTA

Questão 01

Espera-se que o candidato estruture o texto com título, subtítulo, lead e corpo do texto. O título precisa ser objetivo e trazer uma noção do conteúdo ao leitor. O subtítulo em poucos caracteres, acrescenta informações complementares ao título. O *lead* precisa conter: quem, o quê, onde e quando. Já o corpo do texto precisa detalhar as informações apresentadas ao início do texto, descrevendo e narrando com objetividade os fatos apresentados. Espera-se, também, que a notícia seja construída seguindo a ordem das informações mais importantes para as menos importantes.

Exemplo:

Título: Minas Gerais enfrenta aumento alarmante nos casos de dengue, Chikungunya e Zika Vírus

Subtítulo: Secretaria de Saúde alerta para a necessidade de atendimento qualificado diante do cenário preocupante

Lead: Minas Gerais está enfrentando um aumento significativo nos casos de dengue, Chikungunya e Zika Vírus, conforme revelado pelo último Boletim Epidemiológico de Monitoramento divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG) em 26/2/2024.

Corpo do texto:

De acordo com os dados fornecidos, até o momento, foram registrados 311.063 casos prováveis de dengue no estado, com 108.027 confirmações da doença. O número de óbitos confirmados chega a 35, enquanto 176 casos estão em fase de investigação.

Quanto à febre Chikungunya, os números também são alarmantes, com 33.833 casos prováveis e 21.688 confirmações. Sete óbitos já foram confirmados, e outros 21 estão sob investigação.

Em relação ao Zika Vírus, foram registrados 54 casos prováveis, com seis confirmações, mas não há óbitos confirmados ou em investigação.

O Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais, Fábio Baccheretti, ressaltou a importância do atendimento qualificado, afirmando que muitos óbitos por dengue podem ser evitados com tratamento adequado. Ele destacou os esforços do estado na capacitação dos profissionais de saúde para agilizar a identificação dos casos graves.

Diante desse cenário preocupante, autoridades de saúde alertam para a necessidade de medidas preventivas e de cuidado, enfatizando a importância da conscientização da população para o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor dessas doenças.

A SES-MG continua monitorando de perto a situação e orienta a população a buscar atendimento médico diante de qualquer sintoma suspeito, reforçando a importância da colaboração de todos na prevenção e controle dessas enfermidades.

Fonte:

SILVEIRA, Guaracy Carlos da; SANGALETTI, Letícia; WAGNER, Cristina. **Introdução ao jornalismo**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Questão 02

Espera-se que o candidato desenvolva um texto opinativo com introdução, desenvolvimento e conclusão, prevalecendo a argumentação. Que organize o texto estruturalmente dentro das características, que construa os argumentos, apresente dados e informações relevantes para fundamentar a tese.

Exemplo:

Em tempos de intensa conexão digital, é essencial refletirmos sobre o equilíbrio no uso de telas por crianças e adolescentes. Embora as tecnologias ofereçam inúmeras oportunidades de aprendizado e interação, o excesso pode comprometer o desenvolvimento e a saúde mental dessas gerações. Promover o uso consciente da tecnologia, incentivando atividades offline e o diálogo familiar, é fundamental para garantir um futuro equilibrado e saudável. #UsoResponsável #BemEstarDigital

Introdução contextualizada: o texto começa contextualizando o tema em questão, destacando a relevância do debate sobre o uso de telas por crianças e adolescentes na era digital.

Opinião clara e direta: o editorial expressa uma opinião sobre o assunto de forma clara e direta, defendendo a importância do uso consciente da tecnologia.

Argumentação embasada: embora seja breve, o texto apresenta argumentos sólidos sobre os possíveis impactos negativos do uso excessivo de telas e a importância de promover práticas saudáveis.

Apelo à ação: o editorial conclui com um apelo à ação, sugerindo medidas para promover um equilíbrio saudável no uso de tecnologia por crianças e adolescentes.

Uso de *hashtags*: a inclusão de *hashtags* relevantes como "#UsoResponsável" e "#BemEstarDigital" demonstra uma tentativa de engajamento do público-alvo nas mídias sociais, incentivando a reflexão e a discussão sobre o tema.

Esses elementos, juntos, compõem um texto editorial conciso e persuasivo, típico de um editorial, que busca informar, persuadir e mobilizar a opinião pública sobre uma questão de interesse social.

Fontes:

- Jesus, Adriano Miranda Vasconcellos de. et al. **Narrativas jornalísticas**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.
- Forechi, Marcilene; Flores, Natália M.; Melo, Camila O. **Jornalismo digital e cibercultura**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA – PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: PROCURADOR

O candidato deve indicar os requisitos para a propositura de uma Ação Popular (Lei nº 4717/1965) que incluem os seguintes elementos:

Legitimidade Ativa: o autor da ação popular deve ser um cidadão ou grupo de cidadãos que possuam capacidade eleitoral ativa, ou seja, que estejam em pleno gozo de seus direitos políticos. (Art. 1º)

Interesse Coletivo: a ação popular deve visar à proteção de patrimônio público para os fins referidos neste artigo, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico. (Art. 1º, §1º)

Lesividade ao Patrimônio Público: a demanda deve demonstrar que o ato ou omissão praticado pelo poder público é lesivo ao patrimônio público ou viola a moralidade administrativa.

Petição Inicial: o autor deve apresentar uma petição inicial que descreva de forma clara e objetiva os fatos, fundamentos jurídicos e pedido de providências que deseja que sejam tomadas pelo Poder Judiciário.

Gratuidade: em alguns países, a ação popular pode ser proposta de forma gratuita, dispensando o autor do pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Os requisitos da petição inicial da ação popular incluem os seguintes elementos, nos termos do Art. 319 CPC:

Qualificação do autor: deve conter o nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço e número de documento de identidade do autor ou autores da ação.

Qualificação do réu: deve identificar claramente o órgão público, autoridade ou pessoa jurídica que está sendo acionada na ação.

Fatos: descrição detalhada dos fatos que fundamentam a ação popular, incluindo as condutas lesivas ao patrimônio público ou violadoras da moralidade administrativa.

Fundamentos jurídicos: apresentação das normas legais e constitucionais que sustentam a pretensão do autor, demonstrando como os fatos narrados configuram uma violação à legislação vigente.

Pedido: deve conter de forma clara e precisa o pedido de providências que o autor deseja que sejam tomadas pelo Poder Judiciário, como anulação de atos, determinação de medidas corretivas, dentre outros.

Provas: indicação dos meios de prova que o autor pretende produzir para comprovar os fatos alegados, como documentos, testemunhas, perícias, dentre outros.

Valor da causa: em alguns sistemas jurídicos, é necessário atribuir um valor à causa para efeitos de custas judiciais.

Vale ressaltar que deve constar o juízo competente. (Art. 5º Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.)

Fontes:

- Ferraresi, Eurico. **Ação Popular, Ação Civil Pública e Mandado de Segurança Coletivo**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2008.
- Código Processo Civil.
- Lei nº 4717/1965, Ação Popular.

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: PUBLICITÁRIO

Questão 01

O *briefing* é uma ferramenta crucial para orientar efetivamente o trabalho de uma agência de publicidade na criação de estratégias de comunicação. Para que um *briefing* seja eficaz, é fundamental realizar uma análise abrangente do mercado, levando-se em consideração diversos aspectos-chave. Espera-se que o candidato aborde em sua resposta alguns aspectos relacionados a seguir:

1. Tamanho do mercado: o primeiro aspecto a ser considerado é o tamanho do mercado em que a empresa atua. Isso envolve a identificação do público-alvo, a estimativa do número de consumidores potenciais e a análise de segmentos de mercado relevantes.

2. Tendências de mercado: é essencial analisar as tendências emergentes no mercado, incluindo mudanças no comportamento do consumidor, preferências de compra, demandas por produtos e serviços, bem como quaisquer novas necessidades que estejam surgindo.

3. Concorrência: uma análise detalhada da concorrência é fundamental para entender o posicionamento da empresa em relação aos seus competidores diretos e indiretos. Isso envolve identificar os pontos fortes e fracos dos concorrentes, as estratégias de comunicação adotadas por eles e as oportunidades que podem ser exploradas.

4. Avanços tecnológicos: a tecnologia desempenha um papel cada vez mais importante no cenário de *marketing* e publicidade. Portanto, é essencial estar atualizado sobre os avanços tecnológicos relevantes para o setor, como novas plataformas de mídia social, ferramentas de análise de dados, automação de *marketing*, realidade aumentada, dentre outros.

Ao considerar esses aspectos durante a elaboração do *briefing*, o cliente e a agência de publicidade estarão melhor preparados para desenvolver estratégias de comunicação eficazes e alinhadas com a situação real do mercado.

Fonte: CORRÊA, Roberto. **Contato imediato com planejamento de propaganda.** 6.ed. São Paulo: Global, 1998.

Questão 02

A narrativa transmídia, conforme discutida por *Henry Jenkins* em “*Cultura da Convergência*”, é uma estratégia que envolve contar histórias através de múltiplos meios de comunicação e plataformas digitais. Essa abordagem não só amplia o alcance da história, mas também permite uma experiência mais envolvente e interativa para o público.

Espera-se que o candidato aponte exemplos práticos para integrar uma campanha *offline* às mídias sociais, conforme as possibilidades a seguir elencadas:

Evento Offline: a empresa organiza um evento presencial, como uma feira ou *workshop*, para promover sua iniciativa. Por exemplo, um evento de conscientização sobre saúde mental.

Conteúdo multimídia: durante o evento são capturados vídeos, fotos e depoimentos dos participantes e palestrantes, abordando diversos aspectos da saúde mental, desde dicas de autocuidado até histórias de superação.

Publicação nas mídias sociais: o conteúdo gerado durante o evento é compartilhado nas redes sociais da empresa, como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*. Vídeos são postados no IGTV; fotos são compartilhadas no *feed* e *stories* do *Instagram*; e, depoimentos são *tweetados* com *hashtags* relevantes.

Engajamento do público: os seguidores são incentivados a interagir com o conteúdo, compartilhando suas próprias experiências relacionadas à saúde mental, fazendo perguntas aos especialistas e participando de enquetes sobre temas relacionados.

Continuidade da narrativa: após o evento, a empresa continua a narrativa nas mídias sociais, compartilhando recursos adicionais, como artigos, infográficos e vídeos educacionais sobre saúde mental.

Call-to-Action: a empresa incentiva os seguidores a participarem de ações *offline*, como buscar ajuda profissional, participar de grupos de apoio locais ou realizar atividades de autocuidado.

O cerne da narrativa transmídia é a continuidade da narrativa em múltiplos canais e não a replicação do mesmo conteúdo. Em uma narrativa transmídia, cada meio de comunicação contribui para expandir e enriquecer o universo da história, oferecendo diferentes perspectivas, detalhes e experiências aos espectadores.

Fonte: JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência.** 2.ed. São Paulo: Aleph, 2009.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROPOSIÇÃO NORMATIVA COM JUSTIFICATIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: REDATOR

Trata o enunciado da necessidade de alteração de lei em vigor, o que deve se dar mediante projeto de lei, de caráter modificativo, que contemple as modificações pretendidas pelo Vereador João. O texto da proposição deverá ter entre 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) linhas e a justificativa correspondente, entre 10 (dez) e 15 (quinze) linhas.

A Câmara de Belo Horizonte disponibiliza página eletrônica com modelos de projeto de lei modificativa, observando as normas esperadas de técnica legislativa. Igualmente, há Guia de Redação disponibilizado que esclarece a forma correta de elaboração das espécies legislativas. Vide:

- <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/guia-de-reda%C3%A7%C3%A3o/modelos-para-download#plm>
- https://www.cmbh.mg.gov.br/sites/default/files/guia_redacao/guia_de_redacao_-_fevereiro_de_2024_-_versao_final_0.pdf

Importante frisar que algumas adaptações poderiam ser realizadas pelos candidatos na forma de redação sem prejuízo de nota com relação aos critérios propostos pelo edital do concurso. Cite-se como exemplo a alteração solicitada no enunciado com relação ao art. 4º da Lei X/2010, a qual poderia ser realizada tanto mediante a inclusão de parágrafo único-A como também pela inclusão de inciso VII.

Resposta padrão esperada:

PROJETO DE LEI XX/XX	1
Altera a Lei Ordinária nº X, de 1º de novembro de 2010,	2
que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores da Câmara	3
Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências.	4
A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:	5
Art. 1º – O <i>caput</i> do art. 6º e o §2º do art. 7º da Lei Ordinária nº.	6
X, de 1º de novembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte	7
redação:	8
“Art. 6º – A reserva de vagas colocadas em disputa em concurso	9
público ou processo seletivo para investidura por pessoa com	10
deficiência será de 10% (dez por cento) do total de vagas	11
disponibilizado para o cargo no respectivo edital.”	12
“Art. 7º – [...]	13
§2º – O candidato deverá passar por procedimento de	14
heteroidentificação, realizado por Comissão própria,	15
que avaliará exclusivamente suas características fenotípicas.”	16
Art. 2º – Fica acrescentado ao art. 4º da Lei Ordinária nº X, de 1º	17
de novembro de 2010, o seguinte parágrafo único-A:	18
“Art. 4º – [...]	19
Parágrafo único-A – Deve constar do edital a exigência de o	20
candidato possuir, quando da posse, a habilitação necessária	21
para o exercício do cargo a que concorrer.”	22
Art. 3º – Fica acrescentado à Lei Ordinária nº X, de 1º de	23
novembro de 2010, o seguinte art. 7º-A:	24
“Art. 7º-A – A reserva de vagas colocadas em disputa em	25
concurso público ou processo seletivo para investidura por	26
pessoa indígena será de 3% (três por cento) do total de vagas	27

disponibilizado para o cargo no respectivo edital.	28
Parágrafo único - Para concorrer às vagas reservadas às	29
peças indígenas, o candidato deverá apresentar	30
o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) ou	31
outro documento hábil, no ato da inscrição no certame.”.	32
Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.	33
Belo Horizonte, XX de XX de XX. / Vereador JOÃO	34
	35

JUSTIFICATIVA	1
O candidato deverá realizar uma síntese das modificações propostas pelo projeto de lei.	(...)

Critérios de correção:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Descontos por erro
AT - Adequação ao tema <i>Neste critério foi avaliado se o candidato identificou corretamente a espécie legislativa necessária para alterar a Lei XX/2010 (projeto de lei).</i>	15	- Se a adequação for parcial – 7,5 pontos - Se houver total inadequação ao tema – será atribuída nota zero ao candidato, com sua consequente eliminação
AG - Adequação ao gênero	10	Desconto de 1,25 ponto por erro
P - Pertinência às informações apresentadas <i>Atendimento aos comandos previstos no enunciado.</i>	10	Desconto de 1,25 ponto por erro
CO - Clareza e objetividade	10	Desconto de 0,5 ponto por erro
CA - Continuidade e articulação	05	Desconto de 0,5 ponto por erro
TL - Adequação à técnica legislativa <i>Atendimento às normas de redação legislativa.</i>	15	Desconto de 1,25 ponto por erro
PV - Propriedade vocabular	10	Desconto de 0,5 ponto por erro
MS - Morfossintaxe (regência, concordância, emprego da crase, colocação pronominal)	10	Desconto de 0,5 ponto por erro
P - Pontuação	05	Desconto de 0,5 ponto por erro
OA - Ortografia e acentuação	10	Desconto de 0,5 ponto por erro
Valor total da Prova	100 pontos	

PADRÃO DE RESPOSTA – REDAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CARGO: TÉCNICO LEGISLATIVO II

TEMA: “Insegurança alimentar, enfrentamentos e possibilidades: um mundo em alerta”.

Espera-se que o candidato desenvolva uma redação apresentando indícios que a classifiquem como tal, quais sejam: explicações, exemplificações, análises, interpretações de aspectos, defesa ou refutação de ideias dentro da temática solicitada.

Segundo *Platão e Fiorin* (1992: 174), um texto deve ser uma “unidade”, deve tratar de um só objeto. Essa qualidade é um dos mais importantes recursos argumentativos, pois um texto dispersivo apenas tangencia o tema proposto, uma vez que apresenta argumentos pouco ou mal relacionados ao assunto abordado.

A proposta da redação exige que seja produzido um texto a partir dos textos motivadores disponibilizados. Dessa forma, espera-se que o candidato construa uma redação sobre o tema apresentado no âmbito dos aspectos temáticos a seguir relacionados:

- I. Agronegócio e políticas de enfrentamento à crise alimentar;
- II. Crise alimentar e crise climática: uma relação estabelecida;
- III. Desperdício de produção de alimentos.

Fonte:

PLATÃO & FIORIN, **Para entender o texto. Leitura e redação**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.